



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

RESÍDUOS SÓLIDOS **Jornal da Cidade - 16/04/2015**

MP, Estado e Municípios discutem consórcio

O Diretor do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo (Caop), Dr. Carlos Henrique Siqueira Ribeiro, participou, na tarde de ontem, na cidade de Propriá, da Reunião do Consórcio de Resíduos Sólidos do Baixo São Francisco, promovida pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh). Também participaram do encontro, que teve por objetivo alinhar as pendências ainda existentes para a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, os gestores e representantes dos 28 municípios sergipanos que compõem o Consórcio de Resíduos Sólidos do Baixo São Francisco e o representante da Codevasf.

Segundo o secretário de Estado do Meio Ambiente, Olivier Chagas, o Governo do Estado, o Ministério Público e os Municípios querem resolver a questão dos resíduos sólidos. "Precisamos fazer alinhamentos para que a gente possa, efetivamente, dar os andamentos necessários para a implantação dos aterros sanitários", informou.

A superintendente de Qualidade Ambiental, Desenvolvimento e Educação Ambiental da Semarh, Vera Cardoso, afirmou que a execução do plano é de competência

dos municípios consorciados. "Cada um tem suas obrigações. Cada Município deverá participar do protocolo de criação dos consórcios e da assinatura do termo de intenção; do envio do projeto de lei para aprovação na câmara de vereadores; do cadastramento dos catadores de lixo do município; da organização dos catadores em cooperativas ou associações; e da implantação e implementação da coleta seletiva", explicou.

Diante da dificuldade que vem enfrentando, para aprovarem os contratos de rateio e de programa, diversos gestores municipais aproveitaram a ocasião e solicitaram o apoio do Ministério Público Estadual, no sentido de intervir junto aos representantes das Câmaras de Vereadores, com o intuito de conscientizá-los sobre a importância da aprovação dos referidos contratos. Por lei, cada município deve implantar seu aterro sanitário. Entretanto, diante dos elevados custos envolvidos nessa implementação, o Governo do Estado assumiu tal responsabilidade com aqueles municípios que fizeram adesão aos consórcios públicos de resíduos sólidos.

"A obrigação primária dessa implementação é do Muni-

cípio, mas ele pode delegar ao Estado. Ninguém é obrigado a aderir ao consórcio, mas todos são obrigados a implementar a Política Nacional de Resíduos Sólidos", esclareceu o promotor de Justiça Dr. Carlos Henrique. Sergipe está dividido em quatro consórcios: Agreste Sergipano, criado com 20 municípios; o Sul e Centro Sul Sergipanos, formado por 16 municípios, Grande Aracaju, com a participação de oito municípios e o Baixo São Francisco, que é composto pelos municípios de Amparo do São Francisco, Aquidabã, Brejo Grande,

Canhoba, Canindé de São Francisco, Capela, Cedro de São João, Feira Nova, Gararu, Graccho Cardoso, Ilha das Flores, Itabi, Japarutuba, Japoatã, Malhada dos Bois, Monte Alegre, Muribeca, Neópolis, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Pacatuba, Pirambu, Poço Redondo, Porto da Folha, Propriá, Santana do São Francisco, São Francisco e Telha. De acordo com o diretor do CAOp, até o final do mês de abril serão realizadas outras reuniões para tratar do alinhamento com todos os consórcios.